

**Reinaldo Sampaio Pereira**

## **Ação, disposição e contingência em Aristóteles**

Projeto de pós doutoramento a ser apresentado no departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do prof. Dr. Marco A. A. Zingano.

Campinas – SP  
Fevereiro de 2008

## Sumário

I – Resumo	02
II – Introdução	03
III – Justificativa	13
IV – Objetivos	14
V – Cronograma	15
VI - Metodologia	15
VII - Bibliografia	15

## I – Resumo

É notório, em diversas passagens do *corpus aristotelicum*, como em *Met.* Θ 1046b20, que o *logos* confere ao homem potencialidade para escapar das cadeias causais necessárias do mundo sublunar, possibilitando-lhe agir na contingência que este comporta, diferenciando-se, dessa perspectiva, do animal irracional, ao qual, a rigor, não é própria a ação (*EN* VI 1139a20), por justamente não possuir o *logos*. Se voltamos a atenção para a esfera prática atentando para o princípio das ações, evidencia-se que uma das condições necessárias para poder responsabilizar alguém pelo modo como age em cada circunstância é que resida no agente o princípio do agir, isto é, que ele seja causa eficiente das suas ações, não sendo as mesmas engendradas exclusivamente por causas externas. Nesse sentido, Aristóteles afirma residir no homem o princípio das suas ações (*EN* VI 1139b6; *EE* II 1222b28). Esse tipo de análise (que encontra no *logos*, ao possibilitar a escolha, προαίρεσις, aquilo que permite ao homem não estar totalmente sujeito às cadeias causais necessárias do mundo sublunar) é recorrente entre os comentadores de Aristóteles. Talvez não menos comum, mas certamente mais espinhoso, aparenta ser o exame de como o uso apropriado do *logos* confere ao homem potencialidade tal que normalmente não lhe é indiferente agir virtuosa ou viciosamente. Nossa proposta para o pós doutoramento é, primeiro, examinar como o agir bem (independentemente se é ou não possível perceber com precisão qual poderia ser a boa ação em determinadas ocasiões) consiste em executar ações de certo tipo (a saber, as que podem ser caracterizadas como boas, de um ponto de vista prático), quais sejam, as ações que são próprias ao *phronimos*, se o *logos*, quando reto, ὀρθός (enquanto tal, identificando-se com uma única ação -*EN* II 1106b35-, a qual corresponde a um justo-meio, μεσότης, entre os vícios por excesso e por falta -*EN* VI 1138b23), configura-se como uma das condições necessárias para a boa ação. De uma segunda perspectiva, não mais no sentido de avaliar os requisitos necessários para poder agir bem, mas de pensar como age o *phronimos* quando age bem, procuraremos examinar como e em que medida, no *phronimos*, a disposição (ἔξις) confere potencialidade para que ele seja conduzido à ação em que o desejo é concorde com o que prescreve o *logos* reto (ὀρθός λόγος), o qual tende a apontar, em cada circunstância, para uma única ação, muito embora essa inclinação não implica, em absoluto, qualquer necessitarismo na esfera prática. Para tal investigação, será mister analisar a relação entre as ações (as quais, na medida em que vão sendo realizadas, vão formando a ἔξις) e a ἔξις (que é, de certo modo, um dos determinantes das ações). Procuraremos examinar como a ἔξις se torna, em grande medida, determinante de certos tipos de ações, sem, com isso, conduzir o agente, ainda que ele possa ser denominado *phronimos*, a um necessitarismo prático.

## II – Introdução

Nosso problema tem origem no início dos nossos estudos acerca do livro  $\Theta$  da *Metafísica* (o qual, se talvez não nos auxilie para resolver o nosso problema, pode nos ajudar na sua formulação), no qual são tratados (nos seus primeiros nove capítulos) os conceitos de ato ( $\acute{\epsilon}\nu\acute{\epsilon}\rho\gamma\epsilon\iota\alpha/\acute{\epsilon}\nu\tau\epsilon\lambda\acute{\epsilon}\chi\epsilon\iota\alpha$ ) e de potência ( $\delta\acute{\upsilon}\nu\alpha\mu\iota\varsigma/\delta\acute{\upsilon}\nu\alpha\sigma\theta\alpha\iota$ ). Ao iniciar a leitura de *Met.  $\Theta$* , foi surpreendente encontrar a mesma estratégia utilizada por Aristóteles para dar conta do problema do ente (em *Met.  $\Gamma$*  1003a33, por exemplo, Aristóteles, opondo-se ao ser uno genérico dos diálogos platônicos, sustenta que ‘o ente é dito de múltiplas maneiras’,  $\tau\acute{o}\ \delta\acute{\epsilon}\ \acute{\omicron}\nu\ \acute{\lambda}\acute{\epsilon}\gamma\epsilon\tau\alpha\iota\ \mu\acute{\epsilon}\nu\ \pi\omicron\lambda\lambda\alpha\chi\acute{\omega}\varsigma$ ), agora usada para equacionar algumas questões envolvendo sobretudo o conceito de potência. Em *Met.  $\Theta$*  1046a5, a potência e o poder são apresentados como sendo ditos de múltiplas maneiras. De modo similar à expressão que sustenta a pluralidade de modos de dizer o ente, as múltiplas formas de dizer o ato e a potência acenam para a possibilidade de ambos esses conceitos transcenderem o domínio da unidade genérica. Seguindo a própria orientação expressa na *Metafísica*, segundo a qual o primeiro passo para desatar um nó, isto é, para resolver um problema, seria identificá-lo (*Met. B* 995a30), pareceu-nos primordial, na análise desses conceitos, examinar se os vários modos de dizê-los implicava não poderem ser abarcados em uma unidade genérica, para, após esse exame, se constatada a impossibilidade de serem abarcados em uma idéia una, identificar de quais modos eles seriam ditos. Em *Met.  $\Theta$*  1, Aristóteles anuncia tríplice modo de dizer a potência e o ato: i) por homonímia; ii) segundo o movimento; e iii) concernente ao que se estende para além das coisas ditas em relação ao movimento<sup>1</sup>.

Com o início da investigação acerca da acepção física de potência, notamos que também ela é dita de múltiplos modos, ainda que, diferentemente da multiplicidade de maneiras de dizer a potência de um modo geral, que implica uma potência necessariamente não genérica (uma vez que, entre as duas acepções da potência aqui em questão, uma não afigura como espécie da outra, nem afiguram ambas como espécies de um gênero de potência comum a elas), a potência em sua acepção física possui um tronco comum (o qual corresponde a um certo princípio  $\acute{\alpha}\rho\chi\acute{\eta}$ -, como manifesto em *Met.  $\Theta$*  1046a9), a partir do qual os outros modos de dizer a potência em sua acepção física se desdobram (cf. *Met.  $\Theta$*  1045b35). Um dos sentidos derivados do primeiro sentido da potência em sua acepção física nos chamou particularmente a atenção por implicar, primeiro, a idéia de finalidade, segundo, a

---

<sup>1</sup>A potência dita em relação ao movimento, examinada nos capítulos 1 a 5 de *Met.  $\Theta$*  (cf. Tricot, *Métaphysique*, Vrin, Paris, 1966, p. 483; Ross, *Aristotle's Metaphysics*, Clarendon Press, Oxford, 1958, p. 241), será doravante denominada ‘acepção física de potência’; a potência que se estende para além das coisas ditas em relação ao movimento, tratada nos capítulos 6 a 9 de *Met.  $\Theta$*  (cf. Tricot, *Métaphysique*, op. cit., p. 483; Ross, *Aristotle's Metaphysics*, op. cit., p. 241), ‘acepção metafísica de potência’.

de bem, terceiro, a de escolha (προαίρεσις). Nesse sentido, a potência seria a de realizar algo (ἐπιτελεῖν) bem (καλῶς) ou segundo escolha (προαίρεσις) (*Met.* Δ 12, 1019a23).

No que concerne à finalidade, implícita no sentido de potência (em sua acepção física) acima mencionado, Aristóteles inicia tanto a *Política* (1252a3) quanto a *Ética a Nicômaco* (1094a3) justamente ressaltando o caráter teleológico implícito na investigação prática, o que nos motivou a examinar se não haveria, na *Ética a Nicômaco*, indícios de que esses dois sentidos da acepção física de potência teriam uma faceta prática, sobretudo ética, além das mencionadas facetas física e metafísica. Nosso contato com outros textos do Estagirita, no entanto, levou-nos a perceber que a teleologia não é exclusiva apenas dos escritos práticos, mas recorrente nas mais variadas esferas do conhecimento, em Aristóteles, como no domínio da Física.

Em relação à atribuição do adjetivo καλός a partir de um fim (que aparentava a nós, em um primeiro momento, configurar-se como necessariamente um elemento da investigação prática), começou a se evidenciar que, quanto mais algo está para se atualizar, quanto mais próximo está do seu fim, tanto mais podemos afirmá-lo como sendo bom ou belo. Nesse sentido, καλός é perfeitamente utilizável quando se referindo a outras formas do conhecimento que não o prático, por exemplo, quando aplicado ao movimento circular eterno dos astros, como denota a ilustrativa passagem *Met.* Λ 1072b9, na qual se afirma que o que é por necessidade é um bem, portanto, a translação circular dos entes supralunares, originada pelo primeiro motor, por ser por necessidade, a ela seria apropriadamente aplicável o adjetivo καλός.

Não obstante a idéia de bem ter se revelado não restrita ao domínio da esfera prática, mas transcendê-lo (portanto a idéia de bem circunscrita nas duas acepções físicas de potência aqui em questão não caracterizar necessariamente uma aplicação ética das mesmas), isso não implicava a impossibilidade de essas duas acepções físicas de potência figurarem na esfera prática. Tornava-se mister, portanto, na tentativa de constatar a possível faceta ética dos conceitos de potência e de ato, debruçarmo-nos sobre o outro elemento (da formulação dos dois sentidos da acepção física de potência supramencionados) que nos levava ao pressuposto de uma possível aplicação prática da potência e do ato, a saber, a escolha (προαίρεσις), para verificar se ela, que também aparentava a princípio ser do domínio prático, de fato figurava nos escritos práticos do Estagirita. Em *Met.* Θ 1048a10, a escolha, juntamente com o desejo (ὄρεξις), é apresentada como responsável para que os

entes não fiquem enclausurados na esfera do necessário, permitindo-lhes principiar movimento no âmbito da contingência, no qual está circunscrito o domínio da ética<sup>2</sup>.

Fez-se necessário, então, irmos à *Ética a Nicômaco*, para verificar se o conceito de escolha (προαίρεσις) era ali empregado com o mesmo sentido de *Metafísica* Θ. O que encontramos naquele livro foi não apenas o conceito de escolha sendo utilizado com o mesmo sentido de Θ, mas também para dar conta do mesmo tipo de problema tratado em Θ, a saber, sobre as condições exigidas para o engendramento da ação não necessária, isto é, sobre a possibilidade de uma ação que escapa do domínio da necessidade. Em *Met.* Θ 1048a1-11, Aristóteles atribui à escolha a capacidade de engendramento de mais de um tipo de ação, ou seja, a capacidade de agir de modo não totalmente determinado por agentes externos, mas segundo certo cálculo. De modo convergente com a supracitada passagem de *Met.* Θ, na *Ética a Nicômaco*, notadamente em VI 1139a32, o Estagirita trata da escolha enquanto conferindo possibilidade para a execução de ações que transcendem a esfera do necessário. Não apenas o conceito de escolha é empregado em uma mesma acepção e, de certa forma, para encaminhar a argumentação acerca do mesmo problema em ambos os livros aqui em foco, mas também o de desejo. Tanto em *Met.* Θ 1048a11, quanto em *EN* VI 1139a32, Aristóteles atribui não apenas à escolha a capacidade de engendramento das ações, mas também ao desejo. Isso não implica que desejo e escolha sejam totalmente distintos, não obstante ambos sejam principiaidores das ações. O desejo é um dos componentes da escolha (como manifesto, por exemplo, em *EN* VI 1139a32), muito embora não o único.

Se havíamos visto que a escolha permite a convergência entre o livro Θ da *Metafísica* e a *Ética a Nicômaco*, e que ela é composta do desejo; e ainda: se havíamos constatado que escolha e desejo figuram em ambos os supracitados livros enquanto principiaidores das ações, restava-nos, assim como fizéramos em relação ao desejo, verificar se o outro componente da escolha, o *logos*, também era empregado com a mesma finalidade nos dois livros, para finalmente podermos postular, de modo mais consistente, que o conceito de potência, enquanto implicando a escolha, aplicar-se-ia à esfera ética. Nesse sentido, o capítulo dois do livro Θ, no qual é feita a distinção entre potência com *logos* (δύναμις μετὰ λόγου) e potência sem *logos* (δύναμις ἄλογος), foi de grande valia para a nossa investigação. O *logos*, que justamente diferencia ambos os supracitados tipos de potência, é

---

<sup>2</sup>A contingência como condição necessária para a ação, portanto para a esfera ética, é frequentemente ressaltada por diversos comentadores de Aristóteles. Lembremos, por exemplo, que Aubenque, ao tratar do que ele denomina cosmologia da prudência, no seu *La Prudence chez Aristote*, destina um tópico inteiro para a análise da contingência (*La Prudence chez Aristote*, PUF, Paris, 1986, pp. 64-95).

apresentado, em *Met.* Θ 2, como engendrador da capacidade de escolha das ações, portanto sendo um dos elementos responsáveis pela possibilidade das ações não necessárias.

Coerentemente com *Met.* Θ, também na *Ética a Nicômaco* o *logos* é apresentado como um dos elementos implicados no engendramento das ações não necessárias, o que nos levou novamente a encontrar certo paralelismo entre os dois supracitados livros. Ora, a escolha e os seus componentes, quais sejam, o desejo (ὄρεξις) e o *logos*, decisivos para a compreensão da *Ética a Nicômaco*, figuram todos também no livro Θ enquanto pertencentes à potência com *logos*, δύναμις μετὰ λόγου (Θ 2), e também enquanto componentes da potência de fazer algo bem (δύναμις τοῦ ποιῆσαι καλῶς), um dos cinco sentidos da acepção física de potência (Θ 1046a16; Δ 1019a24). Tínhamos, então, três elementos necessários para postular que o conceito de potência teria uma vertente ética, que, portanto, haveria estreita relação entre os livros Δ 12 e Θ da *Metafísica* e a *Ética a Nicômaco*.

Ao analisarmos o segundo capítulo do livro Θ, verificamos que é atribuída à potência irracional (δύναμις ἄλογος) a capacidade de realizar apenas um dos contrários, portanto ficando confinada no domínio do necessário, como manifesto notadamente em *Met.* Θ 1046b6. Ao que é quente, por exemplo, não cabe outra atividade que esquentar (Θ 1046b19), vale dizer, sua função (ἔργον) é esquentar, não lhe sendo facultada a capacidade de escolher se esquentará ou não. Por outro lado, contrariamente ao que foi afirmado em relação à potência irracional, Aristóteles sustenta, em Θ 1046b4, que o que caracteriza a potência racional é justamente a possibilidade de escapar da esfera da necessidade, mediante a capacidade de escolha da ação a ser realizada. O médico, por exemplo, em determinada situação, pode tanto curar quanto causar a doença. O que lhe confere essa capacidade é justamente o *logos* (1046b20), que permite a ação não necessária no domínio da contingência.

Até onde havíamos examinado, parecia-nos bem estabelecido, sobretudo no livro Θ da *Metafísica* e na *Ética a Nicômaco*, que desejo e *logos* são motivadores das ações. Quando o desejo opera sozinho, sem o *logos*, as ações são, de certo modo, do domínio da necessidade, sem a possibilidade daquele que engendra a ação escolhê-la. Por outro lado, quando o desejo é acompanhado do *logos*, perfazendo com isso a escolha, há a possibilidade das ações contrárias na esfera da contingência. O *logos*, portanto, ao engendrar a possibilidade dos contrários, de certo modo sustenta a esfera ética, na medida em que garante àquele que o possui poder escolher uma das ações possíveis na contingência que o mundo sublunar comporta.

Ao debruçarmos sobre a *Ética a Nicômaco* seguindo a orientação de uma possível estratégia de leitura (manifesta desde o seu parágrafo inicial –I, 1094a1–, bem como na *Política* –I, 1252a1–, também a partir do seu início), qual seja, lê-la a partir de uma perspectiva teleológica, passamos a submeter alguns daqueles elementos que estávamos investigando sobre o filtro da concepção de fim

(τέλος), de bem (ἀγαθός). Com o estabelecimento desse fio condutor de leitura (que encontrava na idéia de fim, no bem, seu princípio norteador), mister foi investigar primeiramente em que consistia esse bem, para então saber como atingi-lo. Com o avançar das leituras, verificamos que, do ponto de vista do agir bem, a boa ação (virtuosa) é aquela que atende a um justo-meio, μεσότης (que não consiste em uma média aritmética), estabelecido pelo *phronimos*, o qual, portanto, seria o mais apto a aquilatar sobre qual a justa-medida entre o excesso e a falta (ações viciosas), ou seja, seria o mais capacitado para determinar qual a boa ação dentre as ações possíveis e, com isso, poder agir bem.

Até então, nossa leitura em nada aparentava estranheza, mas, ao cruzar a análise que fazíamos de uma perspectiva física (sobretudo a partir do livro Θ da *Metafísica*) com a leitura que empreendemos de um viés prático (principalmente através da *Ética a Nicômaco*), começou a se configurar um problema para nós: se, por um lado, a partir da análise física, havíamos constatado que o *logos* é justamente o que confere ao homem potencialidade para escapar da necessidade e, na contingência que o mundo sublunar comporta, agir segundo a escolha, por outro lado, de uma perspectiva prática, o bom uso do *logos*, do ponto de vista da boa ação (portanto de uma perspectiva teleológica), pode apontar, em determinadas circunstâncias, para um único modo de agir, uma vez que a boa ação é caracterizada pela mediania correspondente a um ponto (uno) entre o excesso e a falta, os quais perfazem as ações viciosas.

Ademais: se, por um lado, percebemos que o exame prático do *logos*, a partir da boa ação (aquela que atende a um justo-meio, entre os vícios por excesso e por falta), difere de uma análise física segundo a qual o *logos* possibilita ações contrárias, por outro lado, o uso prático do *logos* não encerra o agente da ação (nem mesmo o *phronimos*) em um necessitarismo prático. Primeiro, porque a disposição (ἔξις) jamais se atualiza plenamente (nesse sentido, algumas ações podem ser engendradas contrariando as determinações a que se inclina normalmente a disposição do agente), e, sobretudo, porque, por mais que a disposição incline o agente à ação de determinado tipo (vale dizer, ainda que a disposição torne as ações não indiferentes, por exemplo, se o agente vai agir virtuosa ou viciosamente), essa inclinação jamais esvazia a contingência na esfera prática, pois a capacidade de escolha (desde que não haja impedimentos externos – *Met. Θ* 1048a19) de como agir é resguardada ao agente. Se o *logos* reto (ὀρθὸς λόγος) aponta, muitas vezes, para uma ação de um único tipo em determinada circunstância, ainda assim cabe ao agente escolher se seguirá ou não as determinações do *logos* reto, mesmo sendo o agente *phronimos*.

Nossa proposta para o pós-doutoramento consiste justamente em examinar, sobretudo a partir da análise da relação entre ação e disposição (ἔξις), como as ações, para serem boas do ponto de vista prático, tendem a ser de determinado tipo, sem que isso conduza a um necessitarismo prático, ainda

que se trate das ações do *phronimos*. Em um primeiro momento da pesquisa, procuraremos analisar como o bom uso do *logos*, na esfera prática, aponta para ações que estão em certa região delimitada, qual seja, aquela que não abarca as ações viciosas (tanto no que concerne aos vícios por excesso quanto os por falta). Em um segundo momento, procuraremos voltar o foco da nossa atenção para as ações do *phronimos*, que é caracterizado justamente por agir normalmente bem. Agir como é próprio ao *phronimos* (se é possível, em certa circunstância, ter a nítida percepção de qual ação atualizar atendendo a um justo-meio) seria agir de um único modo possível, agir segundo o *logos* correto (ὁρθὸς λόγος), que possibilita a realização, em cada circunstância, da ação (dentre as várias possíveis) que atende ao justo-meio<sup>3</sup>. Trata-se, aqui, de analisar como o *phronimos* tem uma disposição (ἔξις) tal que o conduz normalmente a executar boas ações, sem implicar um necessitarismo prático, procurando examinar como, por um lado, não é indiferente a realização da ação boa ou ruim ao *phronimos*, por outro, como a sua ἔξις bem formada não esvazia a sua potencialidade para agir de modos contrários, como é próprio às potências racionais (*Met.* Θ 1046b4).

Apresentemos, a seguir, os dois momentos de análise do nosso problema:

1) A partir sobretudo da leitura de *Met.* Θ, constata-se que o *logos* confere ao homem potencialidade para a realização dos contrários (*Met.* Θ 1046b4). Mas o que determina a sua inclinação para um deles e não para o outro em determinado contexto? Observemos que as ações humanas não são indiferentes, do ponto de vista prático. Aquelas consideradas virtuosas e as tidas como viciosas não recebem a mesma valoração na ética aristotélica. Se há o melhor e o pior nas ações humanas, faz-se necessário precisar o critério de determinação do que seria a boa ação. Não se trata de um princípio que, *a priori*, permite determinar a boa ação, prescrevendo, por exemplo, que uma ação que atende apenas aos desígnios deste princípio, vale dizer, que o tem exclusivamente como móvel, é boa. Em Aristóteles, diferentemente da ética kantiana, não há um princípio determinante *a priori* da ação moralmente boa. Contudo, é mister notar que essa inexistência não implica que na moral aristotélica não haja nenhum elemento universal. Há um princípio universal, dado pela razão, que afigura como condição necessária, ainda que não suficiente, para a determinação da boa ação, qual seja ele, o *logos*

---

<sup>3</sup>No sentido que, em cada circunstância, a possibilidade da boa ação é singular, atentemos para a citação de *EN* II 1106b35, traduzida por Rackham por “a bondade (*goodness*) é simples, a maldade, de muitos modos” (H. Rackham, *The Nicomachean Ethics*, op. cit., p. 94). Zingano traduz 1106b28-33 do seguinte modo: “O erro é multiforme (...), enquanto só se pode ter sucesso de um modo (...)” (M. Zingano. “Particularismo e Universalismo na Ética Aristotélica”, in *Analytica*, v. 1, n. 3, 1996, p. 94). Aubenque interpreta essa passagem, observando que há um único modo de fazer o bem, mas muitas maneiras de errar (cf. P. Aubenque, *La Prudence chez Aristote*, op. cit., p. 97, nota 1).

reto (ὀρθὸς λόγος), que consiste em uma fórmula correta para bem agir, configurando-se em causa formal da moralidade, como observa Tricot<sup>4</sup>.

Nesse sentido, é ilustrativo o livro VI da *Ética a Nicômaco*, segundo o qual Aristóteles afirma a importância do *logos* na determinação das boas ações, observando como o *logos* reto consiste em princípio norteador destas: há um justo-meio (μεσότης) entre o excesso e a falta, os quais afiguram como ações viciosas. O justo-meio apresenta-se como norteador para que o *logos* possibilite a escolha da ação virtuosa. O *logos* é reto (ὀρθὸς) quando está em conformidade com aquilo que, de certo modo, confere a ele universalidade na determinação da boa ação, a saber, o justo-meio (EN VI 1138b18). Em Aristóteles, necessariamente a boa ação atende ao justo-meio. Que há um justo-meio para toda ação é manifesto, por exemplo, em EN II 1106b14; portanto há sempre, para todas as possibilidades de realização de uma ação, uma que afigura como virtuosa, as demais sendo viciosas.

Em um primeiro momento da pesquisa, procuraremos examinar, em Aristóteles, em que medida a ação a partir de um certo pressuposto, qual seja este, o bem (ἀγαθὸς), ação essa que forçosamente é concorde com um justo-meio (μεσότης), pode inclinar o agente para uma certa necessidade (não implicando essa inclinação um necessitarismo prático), quando se pensa da perspectiva de como se deve agir em certa circunstância para agir bem, como agiria o *phronimos*<sup>5</sup>.

2) Se o justo-meio não consiste em uma média aritmética, pois depende tanto do objeto em questão (quer este seja considerado um sentimento ou uma ação), o qual varia de caso a caso, quanto daquele que age, não sendo o justo-meio o mesmo para todos os indivíduos com relação ao mesmo objeto, então é evidente que a ação virtuosa não pode ser determinada *a priori*, mas apenas no

---

<sup>4</sup>Cf. nota explicativa de Tricot acerca da passagem EN VI 1138b21 (*Éthique a Nicomaque*, Vrin, Paris, 1983, p. 273, nota 2).

<sup>5</sup>Não estamos aqui valendo-nos de ‘necessário’ (ἀναγκαῖον) enquanto condição sem a qual não se pode viver, assim como a respiração e o alimento são necessários para a vida do animal (*Met.* Δ 5, 1015a20), ou então enquanto o que é forçoso (βίαιον), como aquilo que é feito contrariando uma escolha (1015a25), nem tampouco como aquilo que não pode ser de outro modo, τὸ μὴ ἐδεχόμενον ἄλλως ἔχειν (1015a34); ou, na formulação de *Met.* Λ 1072b13: τὸ δὲ μὴ ἐνδεχόμενον ἄλλως ἀλλ’ ἀπλῶς. Estamos empregando ‘necessário’, aqui, como aquilo sem o que o bem (ἀγαθὸς) não pode ser ou vir a ser (assim como beber o medicamento é necessário para a cura -*Met.* Δ 5, 1015a23), isto é, aquilo que é necessário a partir de um pressuposto, ἀναγκὴ ἐξ ὑποθέσεως (cf. *Fis.* II 199b34). Não estamos sugerindo que o homem, da perspectiva do bem agir, tem o seu campo de ação restrito ao domínio da necessidade absoluta. Se no homem reside o princípio das suas ações (EN VI 1139b6; EE II 1222b28), cabe a ele, em última análise, escolher como agir em cada circunstância, ainda que a sua ação, para ser boa, possa ser presidida por necessariamente um único pressuposto, uma única condição. Dessa perspectiva, a necessidade a partir de um pressuposto, ἀναγκὴ ἐξ ὑποθέσεως (qual seja este, no exemplo aqui em questão: a boa ação), jamais elimina a contingência própria à esfera prática. O *logos*, ao conferir capacidade de escolha (προαίρεσις), de modo algum conduz o homem à necessidade de uma única ação.

momento do seu engendramento, em cada caso particular<sup>6</sup>. Não obstante não haja na filosofia aristotélica um critério universal *a priori* de determinação do justo-meio em cada caso particular, é forçoso que exista um princípio gerenciador na determinação das boas ações. Mas a ação é sempre particular, como sustenta Aristóteles em diversas passagens do *corpus*, como em *EN* III 1110b7, ou então em *Met. A*, onde chega a afirmar que na vida prática têm mais êxito os experientes (portanto os que têm o conhecimento dos particulares) que os que possuem o conhecimento teórico (universal). Não é o homem (universal) que é curado pelo médico, exceto acidentalmente, mas Cálías, Sócrates ou outro homem particular qualquer (*Met. A* 981a13).

Se as boas ações podem ser determinadas apenas no momento em que serão realizadas (não havendo, portanto, um princípio que permitiria ajuizar *a priori* acerca da boa e da má ação particular), mediante a percepção (*αἴσθησις*) de qual das ações atende a um justo-meio (*μεσότης*), Aristóteles encontra no *phronimos* o padrão e a medida de como se deve agir (*EN* III 1113a29). O *phronimos* é aquele que melhor pode aplicar a regra universal em cada ação particular, determinando, a partir da percepção, o que é melhor ou pior em cada caso, determinação essa que não consiste em tarefa fácil (*EN* II 1109b21). Mas o que torna o *phronimos* apto a aquilatar toda classe de coisas com acerto? O que lhe confere capacidade para ajuizar sobre o certo e o errado na esfera prática? Como tornar-se *phronimos*, se este, em Aristóteles, é aquele que possui disposição (*ἔξις*) tal que o faz desejar um fim de certo tipo? Se toda ação visa a um fim (*EN* I 1094a1; *Pol.* I 1252a1), então o desejo deste fim é necessário e anterior cronologicamente à ação. Sendo assim, a boa ação exige o desejo prévio de um bom fim, desejo este que, no *phronimos*, pressupõe uma boa disposição (*EN* III 1114b23). Mas como desenvolver uma boa disposição? Esta não é simplesmente uma dádiva que o homem bom recebe, mas este vai formando-a vivenciando experiências que o conduzem à condição de *phronimos*. A boa disposição é formada mediante a ação constante de determinado modo de agir (*EN* II 1103b26). É

---

<sup>6</sup>No concernente à dependência do objeto para a determinação do justo-meio, vale observar que este é por vezes mais oposto a um dos vícios (o correspondente ao excesso ou à falta), não sendo necessariamente equidistante dos mesmos. Em alguns casos, a falta é mais oposta ao justo-meio, em outros, o excesso. A covardia, por exemplo, que é um vício de deficiência, é mais oposta à coragem que a temeridade, que é um vício de excesso; mas a intemperança (excesso) é mais oposta à temperança que a insensibilidade (falta) (*EN* II 1108b36). Mas não apenas do objeto depende a determinação do justo-meio em cada ocasião, mas também do agente da ação, não consistindo o justo-meio, por conseguinte, necessariamente em o mesmo para todos, mas variando de indivíduo para indivíduo. A boa quantidade de alimento, por exemplo, que necessariamente se situa entre o excesso e a falta, varia de pessoa para pessoa, dependendo das necessidades de cada um (*EN* II 1106a37). Nesse sentido, um atleta necessita de mais alimento que alguém no início das suas atividades atléticas (1106b4).

forçoso praticar continuamente a boa ação para vir a formar uma boa disposição (EN III 1114a8), característica do *phronimos*<sup>7</sup>.

À medida em que se pratica determinado tipo de ação, como a ação conforme à virtude, vai se desenvolvendo a capacidade para a prática de ações não apenas conforme à virtude, mas de ações virtuosas<sup>8</sup>. Por um lado, a ação daquele que age bem é determinada por uma boa disposição, por outro, a boa ação necessariamente é concorde com o que prescreve o *logos* reto (ὀρθὸς λόγος). Como então conciliar o que é estabelecido universalmente pelo *logos* reto com aquilo que é determinado pela disposição? Como o *logos* reto e a disposição se comportam no *phronimos*? Se este é aquele cujas ações atendem aos desígnios do *logos* reto, em que medida este contribui para a determinação daquelas, se o pensamento (e conseqüentemente o *logos*) por si só nada move (EN VI 1139a36)?

Muito embora o *logos* seja capaz de persuadir o desejo (EN I 1102b34), ele não é o determinante exclusivo deste. O *logos* afigura, de certo modo, como elemento orientador de como devem ser as ações, jamais como causa eficiente delas. O desejo, muitas vezes, não principia a ação por si só, mas orientado, de certo modo, pelo *logos*, o que justamente distingue as ações humanas das atividades dos animais destituídos de *logos*. No *phronimos*, a orientação do *logos* é reta (ὀρθὸς). Sendo assim, ele tem por hábito agir bem, portanto segundo o que é determinado pelo *logos* reto, expresso na fórmula do justo-meio. Isso faz com que o *phronimos* desenvolva a disposição de agir de acordo com o que prescreve o *logos* reto. Deste modo, ele (na medida em que nele desejo e *logos* são harmônicos) é temperante (σώφρων), isto é, deseja a coisa certa, do modo correto, no tempo certo, que é justamente o que o princípio (λόγος) ordena (EN III 1119b15). Se a disposição é determinante do desejo, então a boa disposição, característica do *phronimos*, é aquela que determina o desejo de modo tal que este coincida com o que foi prescrito pelo *logos* reto. A escolha, causa eficiente tanto no concernente às potências

---

<sup>7</sup>A formação da disposição não se dá por natureza ou contrariando a natureza, a qual nos proporciona a potencialidade para vir a desenvolver algumas disposições. Qual precisamente desenvolveremos não será por natureza, mas segundo o hábito (EN II 1103a24). Tornamo-nos justos praticando atos justos, temperados, praticando atos temperados, bravos, realizando bravos atos (EN II 1103a27). Somos, portanto, em parte, a causa da nossa disposição (EN III 1114b23), ainda que apenas no início da sua formação, pois, à medida em que ela vai sendo formada, vai determinando ações de certo tipo, sendo-lhe cada vez mais difícil o engendramento de ações que lhe são contrárias.

<sup>8</sup>Para que a ação seja não apenas conforme à virtude, mas virtuosa, são necessárias algumas condições: o agente deve realizar a ação com conhecimento das suas causas e conseqüências, e a ação deve ser realizada de modo deliberado, com o agente escolhendo-a em vista de si mesmo. Ademais, a ação deve ser engendrada por uma disposição fixa e permanente (EN II 1105a29). Uma única ação feita como a faria um homem virtuoso não é suficiente para caracterizar alguém virtuoso, nem mesmo para designar como virtuosa a ação (EN I 1098a18), a qual, a rigor, implica um estado habitual virtuoso. No que concerne à possibilidade daquele que não é virtuoso realizar ações conformes à virtude e até mesmo vir a ser virtuoso a partir da orientação de outrem, Aristóteles sustenta que essa é precisamente a tarefa do legislador, ao qual caberia tornar os cidadãos bons ao treiná-los no hábito da ação correta. Esse seria, segundo o Estagirita, o fim de toda legislação, que seria boa ou ruim na medida em que conseguisse tornar bons os cidadãos (EN II 1103b4).

racionais (*Met.* Θ 1048a3) quanto no que concerne às ações (*EN* VI 1139a32), consiste justamente no desejo que determina não 'cegamente' a ação, mas orientado pelo *logos*.

A capacidade de escolha, em Aristóteles, não se traduz, portanto, em livre possibilidade de escolher, em qualquer momento, qual de duas ações de certo modo opostas (a viciosa ou a virtuosa) executar em determinada situação. Ao *phronimos*, por exemplo, não é indiferente engendrar, em qualquer momento, a ação virtuosa ou a viciosa, pois o que justamente o caracteriza é o desejo de agir regularmente bem, o que o conduz normalmente à prática das boas ações. O desejo não é tanto de uma ação boa quanto de uma má indistintamente. No virtuoso, inclina-se para a boa ação, no vicioso, para a má, de modo que o agente (seja ele virtuoso ou vicioso) não possui a mesma capacidade para engendrar qualquer uma de ações contrárias. O agente realiza normalmente uma delas, aquela que é concorde com a sua disposição. Mas isso também não significa que um único tipo de ação seja possível a alguém, que uma disposição virtuosa apenas pode motivar ações virtuosas, ao passo que a viciosa, viciosas. Não há relação de necessidade absoluta entre a disposição e as ações realizadas, uma vez que, para tal, a disposição teria que estar plenamente formada, sem qualquer possibilidade de alteração da mesma. Se assim fosse, uma vez a disposição totalmente formada, as ações seriam sempre determinadas por algo externo. Certo grupo de situações conduziria necessariamente a determinado comportamento. Deste modo, imputar ao homem a responsabilidade das suas ações não valeria muito, pois, se ele não pudesse modificar em nada a sua disposição (se esta estivesse plenamente formada), atribuir-lhe a responsabilidade das suas ações não poderia implicar que talvez ele pudesse alterar o seu comportamento<sup>9</sup>.

Em Aristóteles, mesmo as ações do *phronimos* não são necessariamente presididas por necessidade, pois a ele cabe, em última instância, escolher se vai ou não agir segundo o que determina o *logos* reto (ὀρθὸς λόγος). Nossa orientação inicial de leitura parte do pressuposto que, mesmo no *phronimos*, a inclinação da sua disposição (ἔξις) para as ações concordes com o *logos* reto (ὀρθὸς λόγος) não esvazia certa capacidade que lhe é conferida pelo *logos*, qual seja, a da realização dos contrários (*Met.* Θ 1046b4), portanto de agir ou não bem em determinada situação. No *phronimos*, ainda que a deliberação sobre como agir possa apontar, em certas circunstâncias, para uma única ação, ainda assim a sua ação não é necessariamente (nem mesmo no sentido condicional de 'necessário')

---

<sup>9</sup>O *phronimos*, se tivesse a disposição totalmente formada, não poderia agir mal, não lhe seria possível alterar o seu comportamento, uma vez que não poderia modificar a sua disposição.

determinada, pois cabe-lhe a possibilidade de escolher se vai ou não agir segundo o que foi deliberado<sup>10</sup>.

Quais, então, são as potencialidades para agir do *phronimos*? Se, por um lado, ele puder, a qualquer momento, agir tanto segundo a virtude quanto segundo o vício, em nada ele diferiria daqueles que não são virtuosos. É mister, portanto, que a sua disposição (ἔξις), em certa medida, seja determinante de um certo tipo de ação, a saber, da ação virtuosa. Como, então, pensar a liberdade de escolha nas ações realizadas pelo *phronimos*? Seu *logos* não lhe confere potencialidade para agir de modos contrários? Ele pode agir mal apenas acidentalmente? Ao *phronimos*, a possibilidade de agir (não acidentalmente) de modo não necessário e mal seria possível apenas em decorrência de uma porção residual da sua disposição não totalmente formada, atualizada? Nesse segundo momento da pesquisa, temos como propósito justamente analisar em que medida ao *phronimos* (critério de determinação da boa ação), ainda que não lhe seja indiferente agir virtuosa ou viciosamente, suas ações não implicam um necessitarismo prático.

### III - Justificativa

Justificar a pesquisa em Aristóteles, por um lado, parece relativamente simples, quando consideramos a influência do Estagirita, implícita ou explícita, na História da Filosofia e, no que concerne especificamente ao nosso objeto de estudo, na esfera prática. Por outro lado, não parece muito fácil justificá-la, se consideramos a grande quantidade de bons textos acerca do clássico problema da necessidade e da contingência na esfera ética, em Aristóteles. Nosso modo de contribuir para o debate desse tão detalhadamente esquadrihado problema pelos comentadores da ética aristotélica (com refinadíssimas análises filosóficas e filológicas) é, recorrendo aos conceitos de atividade (ἐνέργεια), efetividade (ἐντελέχεια) e potência (δύναμις/δύνασθαι), sobretudo de potência com *logos* (δύναμις μετὰ λόγου), abordá-lo focando a relação entre a ação e a disposição (para tanto, examinando a relação entre razão e desejo na deliberação e escolha de como agir), procurando determinar (na medida em que os textos consultados nos possibilitam tal determinação) o âmbito da capacidade de agir do *phronimos*, campo esse delimitado entre certa inclinação para agir de determinado modo e o não necessitarismo prático. Tal análise aparenta-nos importante por tratar de questões muito disputadas na ética aristotélica, como: se as escolhas são dos fins ou dos meios, se a προαίρεσις é melhor entendida (no contexto da nossa discussão) no sentido mais próximo de intenção

---

<sup>10</sup>Valemo-nos, aqui, da figura do *phronimos* porque, se constatamos que ele não está sujeito a um necessitarismo prático, seguindo o que determina o *logos* reto, muito menos estarão (da nossa perspectiva de análise) os que não agem normalmente determinados pelo *logos* reto, escolhendo ora a ação virtuosa ora a viciosa.

ou se aproxima mais do sentido de escolha preferencial de uma ação em relação a outra, ou então em que medida há necessidade ou contingência nas escolhas das ações do *phronimos*.

#### IV - Objetivos

##### a) gerais:

- i) Examinar a relação entre ação e disposição ( $\epsilon\tilde{\xi}\iota\varsigma$ );
- ii) Examinar a relação entre desejo e razão nas escolhas de como agir;
- iii) Examinar a relação entre deliberação e escolha;
- iv) Examinar as relações entre ação, disposição, razão, deliberação e escolha da perspectiva da necessidade a partir de um certo pressuposto, qual seja, a boa ação.
- v) Examinar as relações entre ação, disposição, razão, deliberação e escolha nas ações do *phronimos*.

##### b) específico:

Investigar em que medida o agir bem implica uma certa necessidade (condicional), a qual exclui a possibilidade de serem indiferentes as ações viciosas ou virtuosas em qualquer momento, o que tornaria o agir, em cada circunstância, imprevisível e inesperado, suprimindo as diferenças entre o virtuoso e o vicioso, descaracterizando, conseqüentemente, a figura do *phronimos*. Em Aristóteles, a possibilidade de agir de um certo modo não costuma ser igual à de agir de um modo diferente. Procuraremos examinar se e como, no domínio ético, a ação segundo um pressuposto (qual seja, o bem) tende a inclinar o homem para certa necessidade (condicional), sem, com isso, conduzi-lo a um necessitarismo prático, o que esvaziaria a possibilidade de agir segundo os contrários, que justamente caracteriza as potências com *logos* (*Met.*  $\Theta$  1046b4).

## V - Cronograma

	1 sem.	2 sem.	3 sem.	4 sem.
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X
Leitura de textos de Aristóteles	X	X	X	X
Leitura de comentadores de Aristóteles	X	X	X	X
Fichamentos e resenhas	X	X	X	X
Redação do texto	X	X	X	X
Relatórios	X	X	X	X

## VI - Metodologia

- a) Salientemos primeiramente que a leitura dos textos de Aristóteles será sempre feita no texto grego juntamente com ao menos duas traduções, a fim de tentar evitar, o quanto possível, erros de leitura;
- b) Com o intuito de evitar o quanto possível uma leitura ingênua dos textos de Aristóteles, pretendemos lê-los sempre buscando respaldo em seus comentadores, mas tomando o cuidado para não antecipar a leitura de um comentador ao estudo do texto do Estagirita.

## VII - Bibliografia

### Textos de Aristóteles:

*Aristotelis Opera*. I. Bekker. Academia Regia Borussica, Berlin, 1831-1870.

*Metaphysics*. A revised text with introduction and Commentary by W. D. Ross. At the Clarendon Press, Oxford, 1958.

*Metafísica*. Edición Trilingue por Valentín García Yebra, 2 edición, Editorial Gredos, Madrid, España, 1982.

*Métaphysique*. Edición avec commentaire par J. Tricot, Vrin, Paris, 1966.

*Nicomachean Ethics*. Translation by H. Rackham, Loeb Classical Library, London, England, 1990.

*Éthique a Nicomaque*. Traduction, notes e index par J. Tricot, Vrin, Paris, 1983.

*Éthique a Eudème*. Traduction par Vianney Décarie, Vrin, Paris, 1984.

*Eudemian Ethics*. Translated by H. Rackham, Loeb, 1990.

*Les Grands livres d'Éthique (La Grande Morale)*, Arléa, 1995.

*Magna Moralia*. Translated by G. Cyril Armstrong, Loeb, 1990.

*De l'Ame*. Texte établi par A. Jannone. Traduction et notes de E. Barbotin, Les Belles Lettres, 1980.

*De Anima*. Ed. W. D. Ross, Oxford University Press, Oxford, 1986.

## **Comentadores:**

ACKRILL, J.L. "Aristotle on Action", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 93-101.

ACKRILL, J.L. "Aristotle on *Eudaimonia*", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 57-78.

ALLAN, D.J. *A filosofia de Aristóteles*, Presença, Lisboa, 1970.

ALLAN, D.J. "Quasi-mathematical method in the Eudemian Ethics", in *Aristote et Les Problèmes de Méthode. Symposium Aristotelicum*, Louvain, 1980, pp. 303-318.

ANGIONI, L. tradução comentada do livro I de *As Partes dos Animais*, Cadernos de História e Filosofia da Ciência, CLE-Unicamp, série 3, v. 9, n. especial, 1999.

ANGIONI, L. 'O hilemorfismo como modelo de explicação científica na filosofia da natureza em Aristóteles', in *Kriterion*, 102, julho/dez/2000, pp. 132-164.

ANNAS, J. "Aristotle on Pleasure and Goodness", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 285-299.

ANNAS, J. "Aristotle and Kant on Morality and Practical Reasoning", in *Aristotle, Kant and the Stoics. Rethinking Happiness and Duty*. Ed. Stephen Engstrom e Jennifer Whiting, Cambridge University Press, 1996, pp. 237-258.

ANNAS, J. "Aristotle on Virtue and Happiness", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 35-56.

ANNAS, J. "Aristotle on Human Nature and Political Virtue", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 48-66 [Source: (19), pp. 731-53].

ANTON, J.P. e ANTHONY, P. (edit.). *Aristotle's Ethics Essays in Ancient Greek Philosophy*, State University of New York Press, 1981.

ANTON, J.P. e ANTHONY, P. (edit.). *Aristotle's Ethics Essays in Ancient Greek Philosophy* (vol. 2) State University of New York Press, 1983.

AQUINO, S. Tomás, *Commentary on Aristotle's De Anima*, Dumb ox books, Notre Dame, Indiana, 1994.

AQUINO, S. Tomás, *Commentary on Aristotle's Metaphysics*, Dumb ox books, Notre Dame, Indiana, 1995.

AUBENQUE, P. *Le Problème de l'Être chez Aristote*, PUF, Paris, 1977.

AUBENQUE, P. (org.) *Études sur la Métaphysique d'Aristote*, Vrin, Paris, 1979.

AUBENQUE, P. *La Prudence chez Aristote*. PUF, Paris, 1986.

AUBENQUE, P. "The twofold natural foundation of justice according to Aristotle", in *Aristotle and Moral Realism*. Ed. Heinaman, R. University College London, 1995, pp. 35-47.

AUBENQUE P. "Logos et pathos. Pour une définition dialectique dès passions (De Anima, I, 1 et Rhétorique, II)", in *Corps et Ame: sur lè de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano*, Vrin, 1996, pp. 37-54.

- BALME, D.M. "Teleology and necessity", in *Philosophical Issues in Aristotle's Biology*. Ed. Gotthelf, A e Lennox, J. Cambridge, 1987.
- BARNES, Jonatham (edit.). *The Cambridge Companion to Aristotle*, Cambridge University Press, 1995.
- BELFIORE, E. "Pleasure, Tragedy and Aristotelian Psychology", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 272-288 [Source: (19), pp. 349-61].
- BERTI, E. *Aristóteles no século xx*. Edições Loyola, São Paulo, 1997.
- BERTI, E. *As razões de Aristóteles*, Edições Loyola, São Paulo, 1999.
- BERTRAND, D. *Recherches sur le Premier Aristote (Eudème, de la Philosophie, Protreptique)*, Vrin, 1981.
- BESNIER, B. "A distinção entre Praxis e Poiêsis em Aristóteles", in *Analytica*, v. 1, n. 3, 1996, pp. 127-163.
- BODÉÛS, Richard. *Le Philosophe et la Cité: Recherches sur les rapports entre morale et politique dans la pensée d' Aristote*, Les Belles Lettres, Paris, 1982.
- BODÉÛS, R. *The Political Dimension of Aristotle's Ethics*, State University of New York Press, 1993.
- BODÉÛS, R. "Virtude acabada e vício acabado", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 77-90.
- BOLTON, R. "Scepticisme et véracité de la perception dans le De anima et la Métaphysique d' Aristote", in *Corps et Ame: sur lê de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano*, Vrin, 1996, pp. 295-348.
- BONITZ, H. *Index Aristotelicus*. Editio altera quam curavit O. Gigon, 4 vols, W. de Gruyter, Berlin, 1960-1961.
- BOSTOCK, D. *Aristotle's Ethics*, Oxford, 2000.
- BRADIE, M e MILLER, F. D. "Teleology and Natural Necessity in Aristotle", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 75-89 [Source: *History of Philosophy Quarterly*, 1, 2 (1984), pp. 133-46].
- BRAGUE, Rémi. *Aristote et La Question du Monde*, PUF, Paris, 1988.
- BROADIE, S.W. "Nature and craft in aristotelian teleology", in *Biologie, Logique et Métaphysique chez Aristote*, ed. Daniel Devereux e Pierre Pellegrin, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990, pp. 389-404.
- BROADIE, Sarah. *Ethics with Aristotle*, Oxford University Press, New York, 1991.
- BROADIE, S.W. "Aristotle's Perceptual Realism", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 101-120 [Source: *The Southern Journal of Philosophy*, 31, Supplement (1993), pp. 137-59].
- BURNYEAT, M.F. "Aristotle on Learning to Be Good", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 69-92.
- BURNYEAT, M.F. "Aristotle on Learning to Be Good", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowan & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 205-230.
- BYNUM, T.W. "A new look at Aristotle's theory of perception", in *Aristotle's De Anima in Focus*, Ed. Michael Durrant, Routledge, 1993, pp. 90-109.
- CANTO-SPERBER, M. "Le rôle de l'imagination dans la philosophie aristotélicienne de l'action", in *Corps et Ame: sur lê de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano*, Vrin, 1996, pp. 441-462.
- CASSIN, B. "Enquête sur lê logos dans lê De anima", in *Corps et Ame: sur lê de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano*, Vrin, 1996, pp. 257-294.
- CASSIN, B. *Aristóteles e o Logos: Contos da Fenomenologia Comum*, edições Loyola, São Paulo-SP, 1999.

- CHARLES, D. "Teleological Causation in the Physics", in *Aristotle's Physics*. Ed. Lindsay Judson, Oxford, University Press, New York, 1991, pp. 101-128.
- CHARLTON, W. "Aristotle's Potential Infinites", in *Aristotle's Physics. A Collection of Essays* edited by Lindsay Judson, Oxford, University Press, New York, 1991, pp. 129-149.
- CHARLTON, W. "Aristotle's definition of soul", in *Aristotle's De Anima in Focus*, Ed. Michael Durrant, Routledge, 1993, pp. 197-216.
- CLARKE, W.N. "The Limitation of Act by Potency: Aristotelianism or Neoplatonism", in *The New Scholasticism*, v. XXVI, 1952, pp. 167-195.
- CODE, A. "Soul as Efficient Cause in Aristotle's Embryology", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 297-304 [Source: *Philosophical Topics*, 15, 2 (1987), pp. 51-59].
- COHEN, S.M. "Aristotle's Definition of Motion", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 65-74 [Source: *Phronesis*, 39(1994), pp. 150-9].
- COOPER, J.M. "Aristotle on Friendship", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 301-340.
- COOPER, J.M. "Hypothetical Necessity", in *Aristotle on Nature and Living Things*, Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 151-168.
- COOPER, J.M. "Hypothetical Issues in Aristotle's Biology", in *Philosophical Issues in Aristotle's Biology*. Ed. Gotthelf, A e Lennox, J. Cambridge, 1987.
- COOPER, J.M. "Ethical-Political theory in Aristotle's Rhetoric", in *Aristotle's Rhetoric*, Ed. David J. Furley e Alexander Nehamas, Princeton University Press, 1994, pp. 193-210.
- COOPER, J.M. "Friendship and the Good in Aristotle", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 277-300.
- CRUZ, MARIA ISABEL S. "Sobre a homonímia do bem", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 91-113.
- DEPEW, D. J. "Human and Other Political Animals in Aristotle's History of Animals", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 305-329 [Source: *Phronesis*, 40 (1995), pp. 156-81].
- DESTRÉE, PIERRE. "Acrasia entre Aristóteles e Sócrates", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp.135-164.
- DHERBEY, G.R. "La construction de la théorie aristotélicienne du sentir", in *Corps et Ame: sur l'é de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano, Vrin*, 1996, pp. 127-148.
- DURRANT, Michael, *Aristotle's de Anima in focus*. Routledge, 1993.
- ENGSTROM, S. "Happiness and the Highest Good in Aristotle and Kant", in *Aristotle, Kant and the Stoics. Rethinking Happiness and Duty*. Ed. Stephen Engstrom e Jennifer Whiting, Cambridge University Press, 1996, pp. 102-199.
- EVERSON, S. "Aristotle's Compatibilism in the *Nicomachean Ethics*", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 252-276 [Source: *Ancient Philosophy*, 10 (1990), pp. 81-103].

- FARIAS, Maria do Carmo Bittencourt. *A liberdade esquecida: fundamentos ontológicos da liberdade no pensamento aristotélico*. Edições Loyola, São Paulo, 1995.
- FEREJOHN, M.T. "Aristotle on Necessity Truth and Logical Priority", in *Aristotle Critical Assessments, vol I: Logic and Metaphysics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 84-100 [Source: *American Philosophical Quarterly*, 18, 4 (1981), pp. 285-93].
- FERGUSON, J. "Teleology in Aristotle's Politics", in *Aristotle on Nature and Living Things*, Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 259-273.
- FREDE, D. "Aristotle on the limits of determination: accidental causes in *Metaphysics E, 3*", in *Aristotle on Nature and Living Things*. Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 207-225.
- FREDE, M. 'Aristotle's Notion of Potentiality in *Metaphysics*', in *Unity, Identity and Explanation in Aristotle's Metaphysics*, Clarendon Press, Oxford, 1994, pp. 173-193.
- FREELAND, C. A. "Accidental Causes and Real Explanations", in *Aristotle's Physics*. Ed. Lindsay Judson, Oxford, University Press, New York, 1991, pp. 49-72.
- FREELAND, C. A. "Aristotle on Perception, Appetition and Self-Motion", in *Self Motion (from Aristotle to Newton)*, edited by Mary Louise Gill and James G. Lennox, Princeton University Press, 1994, pp. 35-63.
- FURLEY, D. "Two Studies in the Greek Atomists", in *The Philosophical Quarterly*, Vol. 18, No. 71, 1968.
- FURLEY, D. "Self-Movers", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 55-67.
- GARVER, E. "Making Discourse Ethical: The Lessons of Aristotle's Rethoric", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 209-229 [Source: (19), pp. 73-96].
- GAUTHIER, R. A. *La Morale d' Aristote*, Paris, 1963.
- GAUTHIER, M. H. *Aristote et la juste mesure*, PUF, Paris, 1998.
- GILL, M. L. "Aristotle on Self Motion", in *Self Motion (from Aristotle to Newton)*, edited by Mary Louise Gill and James G. Lennox, Princeton University Press, 1994, pp. 15-34.
- GILL, M. L. "Aristotle's Theory of Causal Action in *Physics III 3*", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 127-144 [Source: *Phronesis*, 25 (1980), pp. 129-47].
- GILL, M. L. "Aristotle on Self Motion", in *Aristotle's Physics*. Ed. Lindsay Judson, Oxford, University Press, New York, 1991, pp. 243-265.
- GOMEZ-LOBO, A. "The *Ergon* Inference", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 170-183 [Source: *Phronesis*, 34 (1989), pp. 43-57].
- GONZALEZ, F.J. "Aristotle on Pleasure and Perfection", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 381-397 [Source: *Phronesis*, 36, 2 (1991), pp. 141-59].
- GOSLING, J. "Mad, Drunk or Aslep? – Aristotle's *Akratic*", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 362-368 [Source: *Phronesis*, 38, 1 (1993), pp. 98-104].

- GOTBLIEB, P. "Aristotle on Dividing the Soul and Unity the Virtues", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 277-291 [Source: *Phronesis*, 39, 3 (1994), pp. 275-90].
- GOTTHELF, A. "Aristotle's conception of final causality", in *Philosophical Issues in Aristotle's Biology*. Ed. Gotthelf, A e Lennox, J., Cambridge, 1987.
- GOULD, S. "A Puzzle about the Possibility of Aristotelian *enkrateia*", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 369-380 [Source: *Phronesis*, 39, 2 (1994), pp. 174-86].
- GRANGER, H. *Aristotle's Idea of the Soul*, Philosophical Studies Series, 68, Kluwer Academic Publishers, 1996.
- HALLIWELL, S. "Popular Morality, Philosophical Ethics and the Rhetoric", in *Aristotle's Rhetoric*, Ed. David J. Furley e Alexander Nehamas, Princeton University Press, 1994, pp. 211-230.
- HAMLIN, D.W. *Aristotle's De Anima, books II e III*, Clarendon Press, Oxford, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. *Aristote, Métaphysique Θ 1-3. De l' essence et de la réalité de la force*, Gallimard, 1991.
- HOBUSS, J. *Eudaimonia e Auto-Suficiência em Aristóteles*, coleção Dissertatio Filosofia, EGUPPel, Pelotas-RS, 2002.
- HUGHES, G.J. *Aristotle on Ethics*, Routledge, 2001.
- HURSTHOUSE, R. "A False Doctrine of the Mean", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 105-120.
- IRWIN, T.H. "The Metaphysical and Psychological Basis of Aristotle's Ethics", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 35-53.
- IRWIN, T. H. "Reason and Responsibility in Aristotle", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 117-155.
- IRWIN, T.H. "Aristotle's First Principles", Oxford, 1988.
- IRWIN, T.H. "A Ética como uma Ciência Inexata", in *Analytica*, v. 1, n. 3, 1996, pp. 13-73.
- IRWIN, T.H. "Permanent Happiness: Aristotle and Solon", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 1-34.
- IRWIN, T.H. "Aristóteles e seus intérpretes sobre *kalon e honestum*", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 31-46.
- JAEGER, W. *Aristotle*, Oxford, 1948.
- JUDSON, L. "Chance and 'Always of For the Most Part' in Aristotle", in *Aristotle's Physics*. A Collection of Essays edited by Lindsay Judson, Oxford, University Press, New York, 1991, pp. 73-99.
- KAHN, C. "The Place on the Prime Mover in Aristotle's Teleology", in *Aristotle on Nature and Living Things*. Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 183-205.
- KENNY, A. J. P. "*The Aristotelian Ethics*", Oxford, 1978.
- KENNY, A. *Aristotle on the perfect life*, Oxford, 1992.
- KONINCK, T. "Aristotle on God as Thought Thinking Itself", in *Aristotle Critical Assessments, vol I: Logic and Metaphysics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 365-402 [Source: *Review of Metaphysics*, 47 (1994), pp. 471-515].
- KOSMAN, A. "Aristotle's Prime Mover", in *Self Motion (from Aristotle to Newton)*, edited by Mary Louise Gill and James G. Lennox, Princeton University Press, 1994, pp. 135-153.

- KOSMAN, A. "Aristotle's Definition of Motion", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 35-54 [Source: *Phronesis*, 14 (1969), pp. 40-62].
- KOSMAN, A. "Divine Being and Divine Thinking in *Metaphysics Lambda*", in *Aristotle Critical Assessments, vol I: Logic and Metaphysics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 339-355 [Source: *Proceedings of the Boston Area Colloquium in Ancient Philosophy*, 3 (1987), pp. 165-88].
- KOSMAN, A. "Necessity and explanation in Aristotle's Analytics", in *Biologie, Logique et Métaphysique chez Aristote*, ed. Daniel Devereux e Pierre Pellegrin, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990, pp. 394-364.
- KOSMAN, A. "The Activity of Being in Aristotle's Metaphysics", in *Unity, Identity and Explanation in Aristotle's Metaphysics*. Ed. T. Scaltsas, D. Charles e M. L. Gill, Oxford, 1994, pp. 195-213.
- KOSMAN, L.A. "Being Properly Affected: Virtues and Feelings in Aristotle's Ethics", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 261-276.
- KRAUT, R. *Aristotle on the Human Good*, Princeton University Press, 1989.
- KRAUT, R. "Aristotle on the Human Good: an Overview", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 79-104.
- KRAUT, R. "Are there Natural Rights in Aristotle?", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 31-47 [Source: (19), pp. 755-74].
- KULLMANN, W. "Different Concepts of the Final Cause in Aristotle", in *Aristotle on Nature and Living Things*, Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 169-176.
- LABARRIÈRE, J.L. "De la *phronesis* animale", in *Biologie, Logique et Métaphysique chez Aristote*, ed. Daniel Devereux e Pierre Pellegrin, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990, pp. 405-428.
- LANG, H.S. "Why the Elements Imitate the Heavens: *Metaphysics IX 8. 1050b28-34*", in *Aristotle Critical Assessments, vol I: Logic and Metaphysics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 318-338 [Source: *Ancient Philosophy*, 14 (1994), pp. 335-54].
- LEAR, J. "Testing the limits: the place of tragedy in Aristotle's ethics", in *Aristotle and Moral Realism*. Ed. Heinaman, R. University College London, 1995, pp. 61-84.
- LAURENCE, G. "Aristotle and the Ideal Life", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 184-210 [Source: *The Philosophical Review*, 10, 1 (1993), pp. 1-34].
- LENNOX, J.G. "Aristotle on Chance", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 118-126 [Source: *Archiv für Geschichte der Philosophie*, 66 (1984), pp. 52-60].
- LEVIN, M. "Aristotle on Natural Subordination", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 131-146 [Source: (19), pp. 241-57].
- LOWE, M.F. "Aristotle on kinds of thinking", in *Aristotle's De Anima in Focus*, Ed. Michael Durrant, Routledge, 1993, pp. 110-127.
- MATTHEN, M. "The Four Causes in Aristotle's Embryology", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 278-296 [Source: *Apeiron*, 22 (1989), pp. 159-79].

- McDOWELL, J. "The Role of *Eudaimonia* in Aristotle's", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 359-376.
- McDOWELL, J. "Eudaimonism and realism in Aristotle's ethics", in *Aristotle and Moral Realism*. Ed. Heinaman, R. University College London, 1995, pp. 201-218.
- McDOWELL, J. "Deliberation and Moral Development in Aristotle's Ethics", in *Aristotle, Kant and the Stoics. Rethinking Happiness and Duty*. Ed. Stephen Engstrom e Jennifer Whiting, Cambridge University Press, 1996, pp. 19-35.
- McDOWELL, J. "Virtue and Reason", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 121-144.
- MELE, R. "Aristotle on *Akrasia*, *Eudaimonia*, and the Psychology of action", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 183-204.
- MEYER, S. S. "Self-Movement and External Causation", in *Self Motion (from Aristotle to Newton)*, edited by Mary Louise Gill and James G. Lennox, Princeton University Press, 1994, pp. 65-80.
- MEYER, S. S. "Aristotle, Teleology and Reduction", in *Aristotle Critical Assessments, vol II: Physics, Cosmology and Biology*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 90-117 [Source: *The Philosophical Review*, 101, 4 (1992), pp. 791-825].
- MIGNUCCI, M. "Aristotle's *De Caelo* I, 13 and his notion of possibility", in *Biologie, Logique et Métaphysique chez Aristote*, ed. Daniel Devereux e Pierre Pellegrin, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990, pp. 321-334.
- MIGNUCCI, M. "Vérité et pensée dans le *De anima*", in *Corps et Ame: sur le de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano*, Vrin, 1996, pp. 405-422.
- MONAN, J. D. "The Methodological aspects of moral knowledge in the Nicomachean Ethics", in *Aristote et Les Problèmes de Méthode. Symposium Aristotelicum*, Louvain, 1980, pp. 247-271.
- MUÑOZ, A. A. *Liberdade e Causalidade: ação, responsabilidade e Metafísica em Aristóteles*, Discurso Editorial/Fapesp, 2002.
- MORAVCSIK, J. "Essences, Powers and Generic Propositions", in *Unity, Identity and Explanation in Aristotle's Metaphysics*. Ed. T. Scaltsas, D. Charles e M. L. Gill, Oxford, 1994, pp. 229-244.
- NAGEL, T. "Aristotle on *Eudaimonia*", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 7-14.
- NARCY, M. "Κρίσις et ἀσθησις (De anima, III, 2)", in *Corps et Ame: sur le de Anima d' Aristote: Études réunies par Cristina Viano*, Vrin, 1996, pp. 239-256.
- NATALI, C. "A Base Metafísica da Teoria Aristotélica da Ação", in *Analytica*, v. 1, n. 3, 1996, pp. 101-125.
- NATALI, C. "Ações e Eventos em Aristóteles", in *O que nos faz pensar*, vol. 2 (cadernos do departamento de filosofia da PUC-Rio, abril de 1997, pp. 87-121.
- NATALI, C. "Por que Aristóteles escreveu o livro III da *EN*?", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 47-75.
- NUSSBAUM, M.C. "Shame, Separateness and Political Unity: Aristotle's Criticism of Plato", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 395-435.
- NUSSBAUM, M. C. *Aristotle's De Motu Animalium*, Princeton University Press, 1985.

- NUSSBAUM, M. "The Discernment of Perception: an Aristotelian Conception of Private and Public Rationality", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 145-182.
- OWEN, G. E. L. "Aristotelian Mechanics", in *Aristotle on Nature and Living Things*, Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 227-246.
- OWENS, Joseph. *The Collected Papers of Joseph Owens*, State University of New York Press, Albany, 1981.
- PAKALUK, M. *Aristotle's Nicomachean Ethics, books VIII e IX*, Clarendon Press, Oxford, 1998.
- PEARS, D. "Courage as a Mean", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 171-187.
- PERINE, M. "'Phronesis': um conceito inoportuno?", in *Kriterion*, XXXIV/87, 1993, pp. 31-55.
- PERINE, M. "Ato e potência: implicações éticas de uma doutrina metafísica", in *Kriterion*, n. 94, Belo Horizonte, dezembro/96, pp. 7-23.
- POLANSKY, R. "The Viability of Virtue in the Mean", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 292-311 [Source: *Apeiron*, 28 (1995), pp. 79-102].
- PREUS, A. "Man and cosmos in Aristotle. Metaphysics  $\Lambda$  and the biological works", in *Biologie, Logique et Métaphysique chez Aristote*, ed. Daniel Devereux e Pierre Pellegrin, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990, pp. 471-490.
- RABINOWITZ, W.G. "Ethica Nicomachea II 1-6: Academic eleaticism and the critical formulation of Aristotle's discussion of moral virtue", in *Aristote et Les Problèmes de Méthode. Symposium Aristotelicum*, Louvain, 1980, pp. 273-301.
- ROBERTS, J. "Aristotle on Responsibility for Action and Character", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 234-251 [Source: *Ancient Philosophy*, 9 (1989), pp. 23-36].
- ROGERS, K. "Aristotle's Conception of  $\tau\omicron\ \kappa\alpha\lambda\acute{o}\nu$ ", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 337-355 [Source: (19), pp. 355-71].
- RORTY, A.O. "Akrasia and Pleasure: Nicomachean Ethics", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 267-284.
- RORTY, A.O. "The Place of Contemplation in Aristotle's Nicomachean Ethics", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 377-394.
- ROSS, David. *Aristóteles*. Tradução de Luís Filipe Bragança S. S. Teixeira, a partir da edição inglesa publicada por Methuen & CO., Ltd. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1987.
- ROWE, Christopher. "O estilo de Aristóteles na *Ethica Nicomachea*", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 13-29.
- SCHALL, J.V. "Friendship and Political Philosophy", in *Aristotle Critical Assessments, vol IV: Politics, Rhetoric and Aesthetics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 147-163 [Source: (19), pp. 121-41].
- SHERMAN, N. "The Role of Emotions in Aristotelian Virtue", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 312-336 [Source: *Proceedings of the Boston Area Colloquium in Ancient Philosophy*, 9 (1993), pp. 1-33].
- SHERMAN, N. "The Habituation of Character", in *Aristotle's Ethics. Critical Essays*. Ed. Nancy Sherman. Rowman & Littlefield Publishers, Boston, 1999, pp. 231-260.

- SHIELDS, C. "Mind and Motion in Aristotle", in *Self Motion (from Aristotle to Newton)*, edited by Mary Louise Gill and James G. Lennox, Princeton University Press, 1994, pp. 117-133.
- SKEMP, J.B. "The Activity of Immobility", in *Études sur la Métaphysique d' Aristote*, Vrin, 1979, pp. 229-241.
- SKEMP, J.B. "The Disorderly Motions Again", in *Aristotle on Nature and Living Things*, Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 289-300.
- SLAKEY, J. "Aristotle on sense-perception", in *Aristotle's De Anima in Focus*, Ed. Michael Durrant, Routledge, 1993, pp. 75-89.
- SORABJI, R. "Aristotle on the Role of Intellect in Virtue", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 201-219.
- SORABJI, R. *Necessity, Cause and Blame*, London, 1980.
- STEWART, J. A. *Notes of the Nicomachean Ethics of Aristotle*, vol. I, Clarendon Press, Oxford, 1982.
- STEWART, J. A. *Notes of the Nicomachean Ethics of Aristotle*, vol. II, Clarendon Press, Oxford, 1982.
- TUOZZO, M. "Conceptualized and Unconceptualized Desire in Aristotle", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 337-361 [Source: *Journal of the History of Philosophy*, 32 (1994), pp. 252-49].
- URMSON, J.O. "Aristotle's Doctrine of the Mean", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 157-170.
- URMSON, J.O. *Aristotle's Ethics*, Oxford, 1987.
- VERBEKE, G. "Happiness and Chance in Aristotle", in *Aristotle on Nature and Living Things*, Ed. A. Gotthelf, Bristol, 1987, pp. 247-258.
- VERNIÈRES, Solange. *Ethique et politique chez Aristote: φύσις, ἦθος, νόμος*, PUF, 1995.
- VIANO, CRISTINA. "O que é a virtude natural? (*Eth. Nic. VI, 13*)", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 115-134.
- WARDY, R. *The Chain of Change*, Cambridge, 1990.
- WEDIN, M. V. "Tracking Aristotle's noūs", in *Aristotle's De Anima in Focus*, Ed. Michael Durrant, Routledge, 1993, pp. 128-161.
- WEDIN, M. V. "Content and Cause in the Aristotelian Mind", in *Aristotle Critical Assessments, vol III: Psychology and Ethics*, Ed. Lloyd P. Gerson, Routledge, New York, 1999, pp. 121-169 [Source: *The Southern Journal of Philosophy*, 31, Supplement (1993), pp. 49-105].
- WEDIN, M. V. "Aristotle on the Mind's Self-Motion", in *Self Motion (from Aristotle to Newton)*, edited by Mary Louise Gill and James G. Lennox, Princeton University Press, 1994, pp. 81-116.
- WHITING, J. "Self-Love and Authoritative Virtue: Prolegomenon to a Kantian Reading of Eudaimonian Ethics viii 3", in *Aristotle, Kant and the Stoics. Rethinking Happiness and Duty*. Ed. Stephen Engstrom e Jennifer Whiting, Cambridge University Press, 1996, pp. 162-199.
- WIGGINS, D. "Deliberation and Pratical Reason", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 221-240.
- WIGGINS, D. "Weakness of Will, Commensurability and the Objects of Deliberation and Desire", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 241-265.
- WILKES K. V. "The Good Man and the Good for Man in Aristotle's Ethics", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 341-357.

- WILLIAMS, B. "Justice as a Virtue", in *Essays on Aristotle's Ethics*. Edited by Amelie Oksenberg Rorty, University of California Press, 1980, pp. 189-199.
- WILLIAMS, B. "Acting as the virtuous person acts", in *Aristotle and Moral Realism*. Ed. Heinaman, R. University College London, 1995, pp. 13-23.
- WITT, C. "The Priority of Actuality in Aristotle", in *Unity, Identity and Explanation in Aristotle's Metaphysics*. Ed. T. Scaltsas, D. Charles e M. L. Gill, Oxford, 1994, pp. 215-228.
- WITT, C. *Ways of being: potentiality and actuality in Aristotle's Metaphysics*, Cornell University Press, 2003.
- ZINGANO, M. "Particularismo e Universalismo na Ética Aristotélica", in *Analytica*, v. 1, n. 3, 1996, 75-100.
- ZINGANO, M. *Razão e Sensação em Aristóteles: Um Ensaio sobre De Anima III 4-5*, L&PM, 1998.
- ZINGANO, M. "Escolha dos meios e τὸ αὐθαίρετον", in *Analytica*, v. 8, n. 2, 2004, pp. 165-184.